

Que política educativa para a próxima legislatura?

No próximo dia 10 de março há eleições para a Assembleia da República, e na sua sequência um novo governo. O que de mais importante e urgente fazer (e até não fazer) no domínio da Educação é tema fundamental desta edição – e, inclusive, na p. 7 temos um quadro com as principais propostas das oito forças políticas com representação parlamentar. A abrir, as opiniões de dois respeitados especialistas e profs., que foram, além do mais, presidentes do Conselho Nacional da Educação e ministros em governos dos dois maiores partidos: David Justino, PSD/Durão Barroso (e, v.g., assessor do Presidente Cavaco Silva), e Eduardo Marçal Grilo, PS/António Guterres (e, v.g., administrador da Fundação Gulbenkian)

Três problemas e cinco desafios

DAVID JUSTINO

¶ A prática partidária de apresentar nos seus programas eleitorais um rol de medidas, mais ou menos inovadoras, faz-me pensar nas políticas educativas à luz do que designo por "efeito Penélope": o constante desfazer e refazer das políticas para que tudo fique na mesma, até que o regresso do amado Ulisses se concretize. Tenho sérias dúvidas do regresso do herói e, entretanto, sucedem-se os pretendentes sem que Penélope se decida.

Há um conjunto de problemas no sistema educativo português que o prolongamento da inação transformou num autêntico banco de urgências. Destaco três.

1. A FALTA DE PROFESSORES

O problema não é geral, mas centrado em alguns grupos de docência e em algumas regiões do país. A gravidade da situação deve-se sobretudo à falta de planeamento dos recursos humanos e à sua gestão. Ninguém percebe porque, desde 2015, diminuiu a população escolar em cerca de 111 mil alunos e o número de professores aumentou cerca de nove mil. Quem andou a defender uma redução drástica do número de alunos por turma, a multiplicação de cursos profissionais ou de escolas do primeiro ciclo com poucos alunos, deveria ter pensado que não havia recursos humanos suficientes para assegurar essas políticas.

2. A DEGRADAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DOS PROFESSORES.

Eu diria que há um processo em curso de proletarianização da classe docente. Começa na degradação da formação inicial de professores, passa pela reduzida seletividade no acesso à profissão, pela



David Justino

precarização da relação laboral e pela restrição administrativa das progressões. Qualquer critério de mérito profissional foi remetido para a irrelevância – "todos professores, todos iguais!" – e a avaliação de desempenho tornou-se uma caricatura burocrática.

3. A DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.

A ideia de um currículo orientado para o desenvolvimento de competências, desvalorizando o conhecimento, o desprezo pelas provas de avaliação externa, a ideia de que aprender não exige esforço, memória e treino ou que o ambiente escolar não tem de valorizar a disciplina, os hábitos de trabalho e as mais elementares regras de civildade, conduziram a essa degradação do que se ensina e do que se aprende. O mito do combate às desigualdades escolares fez o resto.

Estes são os três problemas fundamentais do atual sistema de ensino português que exigem urgente superação. >

Seis prioridades

EDUARDO MARÇAL GRILLO

¶ Na próxima legislatura não será possível resolver os problemas todos da Educação. Qualquer que seja o governo deverá sempre concentrar-se em três ou quatro temas essenciais e desenvolvê-los. Eu identifico aqui seis.

1. ESTABILIZAR O SISTEMA E NORMALIZAR AS RELAÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO E OS PROFESSORES.

É preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre as posições dos professores e as possibilidades orçamentais que o País dispõe. Há várias formas de o fazer, como valorizar o trabalho dos professores, aperfeiçoar os sistemas de avaliação de docentes, rever as carreiras. Seria importante fazer com que o sistema deixe de ser notória permanente de instabilidade, porque isso, além e prejudicar o trabalho das escolas, dá também uma imagem aos pais, às famílias e a todos nós, que o sistema não funciona. Na verdade, é um sistema muito heterogéneo: há coisas que funcionam bem, outras que não funcionam tão bem e há coisas que funcionam mal.

Devem concentrar-se em fazer uma revisão dos cursos de formação de professores. Com a reforma de muitos quadros, vamos ter um problema sério de carência, sucedendo que algumas áreas são particularmente sensíveis >



Eduardo Marçal Grilo

2. ALARGAR A ESCOLARIDADE OBRIGATORIA ATÉ AO PRÉ-ESCOLAR

Uma medida específica, que esta recomendada em alguns estudos, incluindo o da SEDES, em que eu próprio participei. A escolaridade obrigatória foi estendida até os 18 anos de idade, com 12 anos de escolaridade. Neste momento deve ser estendida para baixo, até aos três anos de escolaridade. Isto não significa que vamos obrigar todas as crianças dos três aos cinco anos a estar numa escola. A educação pré-escolar tem características muito especiais que tem a ver com a família, o ambiente em que a criança vive, etc... pelo que tem que haver aqui uma grande flexibilidade.

3. OS NÍVEIS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Andamos numa espécie de caça ao voto e, por isso, toda a gente fala muito dos professores, mas ninguém fala do objeto principal das escolas, que são os alunos, os níveis de aprendizagem e de educação que as crianças adquirem durante o período escolar. Há a necessidade de reforçar os programas de recuperação para os alunos >

> DAVID JUSTINO

Entretanto, identificam-se alguns dos grandes desafios que se colocam à educação em geral.

1. A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E CULTURAL da população escolar. O aumento dos fluxos de imigração projeta na escola uma diversidade de perfis como nunca foi observado em Portugal. Nem o Ministério da Educação, nem a maior parte das escolas, terão encontrado as melhores soluções para lidar com esta vaga crescente de filhos de imigrantes de primeira e segunda geração. A todos é necessário proporcionar igualdade de acesso ao conhecimento escolar, mas para que tal se concretize é necessário encontrar vias diferenciadas. Temos de apostar no princípio da unicidade curricular associada a diferenciação pedagógica. Teremos de ser rígidos no currículo comum e flexíveis nas práticas pedagógicas ajustadas aos diferentes perfis sociais e culturais.

2. OS CONTRIBUTOS DAS NEUROCIÊNCIAS E DA PSICOLOGIA cognitiva para se ajustarem às práticas pedagógicas, especialmente as que promovem as literacias de base. Torna-se imperioso reformular a formação inicial de educadores e professores consagrando nos seus CURRÍCULA os adquiridos do conhecimento que esse domínio científico tem aportado.

3. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS MOBILIZADAS para qualificar os processos de ensino e aprendizagem. Teremos de superar a dicotomia rejeição e adoção acrítica que predominam nas escolas. As tecnologias digitais são instrumentos quando mobilizadas de forma planeada e orientada para promover a qualidade do ensino apresentam resultados interessantes. Pelo que importa desenvolver uma pedagogia do digital que ultrapasse o seu menosprezo ou a sua utilização indiscriminada.

4. O PAPEL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO e cultural na formação das novas gerações. Não há competência sem

conhecimento prévio, especialmente o legado pelas gerações anteriores de que a escola assumirá o papel de transmissora. Saber pensar, saber questionar, saber (re)criar são competências que exigem esse domínio prévio do conhecimento. Por isso defendo um currículo assente no conhecimento e com abertura para o consequente desenvolvimento de competências. Inverter a ordem é iludir o papel do ensino e da escola e criar novas gerações de ignorantes.

5. A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA. Tradicionalmente votada à sua função de guarda e de limitado desenvolvimento recreativo, a educação de infância impõe a necessidade de articular a creche com o jardim de infância numa visão integrada dos primeiros cinco anos de vida das crianças. Na situação atual reparte-se a tutela deste importante ciclo entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Educação, com políticas sem qualquer coerência ou intencionalidade social. Responsabilizar o Ministério da Educação pela conceção de uma visão integrada para a educação de infância é o primeiro passo para estruturar as políticas públicas de educação para este particular domínio, tão decisivo para o desenvolvimento humano das nossas crianças. Paralelamente, importa alargar a rede solidária e privada de forma a satisfazer a procura deste serviço. De pouco vale assegurar a gratuitidade se não existir oferta suficiente, especialmente nas duas grandes áreas metropolitanas.

NÃO TEREI ESGOTADO a identificação dos problemas nem a formulação das soluções, mas entendo que qualquer governo terá de trabalhar em simultâneo os três problemas identificados e os cinco desafios prioritários. O governante, seja ele quem for, que se centre numa estratégia coerente e não se deixe toldar pelo ruído constante de que vai ser alvo. Quanto mais atender ao ruído menor a probabilidade de concretizar a sua estratégia, acabando sempre por sair de lá queimado ou chamuscado por este fogo fátuo que cega sem se ver. ❏



David Justino, ministro, em visita a uma escola

BRUNO NASCIMENTO

> EDUARDO MARÇAL GRILO



Eduardo Marçal Grilo em intervenção televisiva, quando ministro da Educação

que têm maiores dificuldades, que não são apenas os casos dos que foram afetados pela pandemia.

Há muitas crianças que necessitam de planos de recuperação, que poderão ser individuais ou em grupo, agrupando os alunos consoante as áreas de dificuldade. Dentro disto ainda é preciso dar atenção específica a alunos cuja língua materna não é o português. Hoje temos uma escola muito diferente do que tínhamos aqui há uns anos, há muitas crianças com outras realidades e que falam em casa outros idiomas.

Devia-se estudar a possibilidade criar turmas de acolhimento, com a função específica de acolher estes alunos, dando prioridade à aprendizagem da língua. Podemos estar a ter problemas de aprendizagem, dos miúdos que não dominam a língua portuguesa, ao ponto de não conseguirem aprender nada, porque não percebem o que se está a passar à sua volta.

A escolaridade obrigatória deve ser estendida para baixo, até aos três anos de escolaridade. Isto não significa que vamos obrigar todas as crianças dos três aos cinco anos a estar numa escola. [Tendo] a ver com a família, o ambiente em que a criança vive, etc., tem que haver uma grande flexibilidade

4. REFORÇO DAS LIDERANÇAS DAS ESCOLAS.

É preciso reforçar as lideranças das escolas criando estatutos mais atrativos para os diretores e os responsáveis das escolas. Acho que é uma medida que pode perfeitamente ser trabalhada. Não me parece que envolva coisas muito complicadas. Mas requer atenção. Claro que uma medida destas também não faz parte da caça o voto.

5. AUTONOMIA DAS ESCOLAS

Problema de fundo para o qual tem que haver um larguíssimo consenso envolvendo uma negociação entre os vários partidos. Não pode ser uma medida tomada apenas por uma determinada força política. Deve ser lançado um verdadeiro programa para autonomia das escolas nos seus vários domínios. No aspeto administrativo, financeiro e pedagógico. E até no aspeto científico relativamente à componente local ou regional que os programas devem ter em conta. O problema da autonomia é complexo e muito sensível, mas as escolas precisam dela para poder realizar e pôr em prática os seus projetos educativos

6. REVISÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O governo e as forças políticas em geral devem concentrar-se em fazer uma revisão dos cursos de formação de professores. Aqui há duas perspetivas. A perspetiva do conteúdo, ou seja, os currículos dos próprios cursos, quer nas universidades quer nas escolas superiores de educação. Mas também a perspetiva de fazer com que esses cursos se tornem mais atrativos. Com a reforma de muitos quadros, vamos ter um problema sério de carência de professores, sucedendo que algumas áreas são particularmente sensíveis. ❏

com práticas docentes orientadas e preocupadas com a compreensão do conhecimento, o desenvolvimento de um conjunto de capacidades que permitam dar sentido a esse mesmo conhecimento em ambientes desafiantes e promotores de atitudes assentes nos valores da democracia, dos direitos humanos e da liberdade.

TERMINAMOS O REI ATÓRIO conscientes que apesar de todos os constrangimentos, as escolas portuguesas tinham, até ao momento, procurado repensar "o currículo, de modo a chegar a todos e a cada um dos alunos que frequentam o ensino público português, através da ação concertada de todos membros da comunidade educativa" (Cosme et al., 2020, p. 245). E agora, em 2024, cumpre-nos refletir sobre os caminhos possíveis e urgentes. Continuamos (e falo no plural porque todo o trabalho que desenvolve é realizado em equipa e acompanhado de um conjunto alargado de investigadoras e investigadores) a encontrar escolas comprometidas com a melhoria das suas condições e ambientes, professores verdadeiramente empenhados e conscientes da necessidade de mudança, da necessidade, em muitos casos, de rutura com paradigmas e práticas instrucionistas que negam o aluno e o seu lugar e conhecimento nas salas de aula.

Se falamos e debatemos sobre a necessidade de inovação e aqui, que acredito, que resida o sentido da mudança e reforma necessária. A escola muda quando os seus professores e alunos, numa comunidade mais alargada e participativa, pensa no sentido e pertinência do seu papel. A escola mudou, o seu público mudou, os tempos mudaram e por isso torna-se imperioso construir ambientes pedagógicos com e para os alunos, tutelados e orientados por professores motivados e enriquecidos pela multiplicidade de oportunidades que as parcerias e os contextos locais lhes possam oferecer. É isto que continua por aprofundar e continuará por se cumprir até que o sucesso, a inclusão e cidadania seja aquilo que oferecemos a todas as crianças e jovens. »

Referências Bibliográficas: Cosme, A., Ferreira, D., Lima, L., & Barnos, M. (2020). Avaliação Externa da Autonomia e Flexibilidade Curricular: Decreto-Lei n.º 55/2018. Direção Geral de Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/estudo_avaliativo_afc.pdf
Leite, C. (2019). Políticas de flexibilização do currículo nacional e sua relação com a melhoria. In J. C. Morgado, I. C. Vitana, & J. A. Pacheco (Eds.), *Curriculo, Inovação e Flexibilização*. De Facto Editores.

* Daniela Ferreira, doutorada em Ciências da Educação, investigadora contratada na CHIE/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

LINKS DAS INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS
pedagogicasinquietacoes@gmail.com
inquietacoespedagogicasil.blogspot.pt
www.facebook.com/InquietacoesPedagogicas
www.youtube.com/user/inquietPedagogicas

Um olhar sobre as principais propostas dos programas eleitorais (ensino Básico e Secundário¹)

❗ Aproximam-se as eleições e um novo governo irá olhar a Educação e a Formação dos nossos jovens, e o nosso futuro, com visões que tentamos perceber analisando os vários programas eleitorais, salientando os pontos que consideramos mais relevantes em cada um, registando-os num quadro comparativo que melhor nos conseguirá elucidar sobre as principais preocupações que a política nos reserva.

Será curioso observar que as preocupações refletidas, tão diferenciadas quanto os olhares que as refletem, não refletem algumas questões que

julgamos mereceriam uma visão mais abrangente.

Os constrangimentos vividos na formação básica e secundária, que advém de uma tradição percetiva de que o objetivo é mesmo ser melhor do que o outro, de que a consequência do aprendido não é preocupação e de que tudo é condicionado pela obtenção de uma nota para aceder ao ensino superior, deveria confrontar-se com a realidade que registamos, e que ninguém se preocupa em conhecer e reconhecer: apenas 30% dos nossos jovens seguem os estudos universitários o abandono escolar precoce é ainda de 8%.² Ou

seja, cerca de 70% dos nossos jovens careceriam de uma mais atenta, cuidada e preparadora via para o seu futuro pois a sua entrada na sociedade produtiva face ao enorme peso da sua contribuição para o produto interno bruto do país, onde áreas como a capacidade de sobrevivência, a inteligência emocional, a gestão do stress, as finanças e economia familiar e todas as competências sociais desempenham um papel essencial para o sucesso individual. Mas, claro, não parecem ser estas as bandeiras nem as vindouras práticas de quem nos irá governar, e é pena!

CHEGA	PCP	IL	BLOCO	PAN	AD	LIVRE	PS
<ul style="list-style-type: none"> Revisão da lei 51/2012 Transversalidade das classificações - o a 20 em todos os ciclos 	<ul style="list-style-type: none"> Pré-escolar na rede pública desde os 3 	<ul style="list-style-type: none"> Introdução de verdadeiro programa de recuperação das aprendizagens 	<ul style="list-style-type: none"> Novo modelo de gestão democrática Reversão da municipalização Rede pública de creches 	<ul style="list-style-type: none"> Rever gestão democrática (colégio) Rever mega agrupamentos 	<ul style="list-style-type: none"> Novo modelo de autonomia e gestão das escolas Universalidade do pré-escolar Recuperação das aprendizagens com um sistema de tutorias (Aprender mais Agora) 	<ul style="list-style-type: none"> Incluir a educação na primeira infância na Lei de Bases do Sistema Educativo Não ao ensino centrado nos conteúdos e na ilusão de que uma prova escrita é um instrumento objetivo e infalível de avaliação de estudantes ou de uma escola. Democratizar o processo de eleição do órgão de gestão da escola 	<ul style="list-style-type: none"> Revisitar o modelo de gestão das escolas Alargamento da gratuidade das creches e do pré-escolar Accelerar a transformação digital da educação
	<ul style="list-style-type: none"> Redução n° alunos turma 		<ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos alunos por turma 	<ul style="list-style-type: none"> Modificar os indicadores de avaliação do sucesso escolar 		<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o n° de alunos/turma - Nova organização não baseada em turmas, mas antes em comunidades de aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> Estudar as práticas de formação das turmas
<ul style="list-style-type: none"> Exames em todos os ciclos 1°, 2°, 3° e sec e a mais disc. 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminação dos exames 	<ul style="list-style-type: none"> Reintrodução dos exames nos finais de ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> Debate sobre organização dos ciclos Fim dos exames do 9º ano Novo modelo de acesso ao Superior 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão flexível do currículo, centrando os processos de aprendizagem no desenvolvimento de projetos integradores e interdisciplinares Rever acesso ao superior 	<ul style="list-style-type: none"> Provas de aferição no 4° e no 6° ano Reestruturar a organização dos ciclos Rever o projeto MAIA 	<ul style="list-style-type: none"> Acabar com o projeto MAIA Transformar o 12º ano num ano zero Repensar a realização obrigatória dos exames nacionais no secundário Estudar formas alternativas e/ou complementares para acesso ao ensino superior Promover a cidadania na escola e a integração na comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Estimular a diversificação do acesso ao ensino superior
<ul style="list-style-type: none"> Simplificação de currículos e programas 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão de currículos 		<ul style="list-style-type: none"> Revisão matrizes dos Cursos Profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> Reinventar os espaços escolares Modelos inovadores de Educação (Ponte...) Rever os programas e cargas letivas 	<ul style="list-style-type: none"> Currículo centrado no conhecimento científico e cultural, revendo as "Aprendizagens Essenciais" e os documentos orientadores do ensino 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a oferta educativa formal com competências cruciais para a vida no séc XXI Retirar a Disciplina de Educação Moral e Religiosa do currículo Melhorar a capacidade de resposta do Ensino Profissional Promover a adoção de ferramentas colaborativas e de acesso aberto 	<ul style="list-style-type: none"> Aposta nos cursos duais Revisitar a estrutura do Ensino Secundário Científico - Humanístico Desenvolver um plano específico de intervenção na área da matemática Desenvolver um sistema educativo centrado nos alunos e na formação de cidadãos
<ul style="list-style-type: none"> Autonomia institucional (liberdade na contratação de profissionais) 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do regime de contratação 	<ul style="list-style-type: none"> Apelo aos reformados para regressar acumulando com a pensão 	<ul style="list-style-type: none"> Mais técnicos para a ed. inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do regime de contratação 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração do modelo de colocação de docentes 	<ul style="list-style-type: none"> Maior autonomia de cada escola/agrupamento e de cada docente Estágios pedagógicos num formato semelhante aos que existiam no sistema pré-Bolonha 	<ul style="list-style-type: none"> Rever e simplificar as regras do concurso de colocação do pessoal docente Lançar um Plano Nacional de Literacia Democrática
<ul style="list-style-type: none"> Contagem de todo o tempo de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> Contagem de todo o tempo de serviço 		<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de todo o tempo de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de todo o tempo de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de todo o tempo de serviço em 5 anos 	<ul style="list-style-type: none"> Contagem integral e faseada do tempo de serviço Rever o ECD da profissão, o modelo de avaliação e o modelo de concurso 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar negociações com os representantes dos professores com vista à recuperação do tempo de serviço de forma faseada
			<ul style="list-style-type: none"> Limitação do uso de telemóveis 	<ul style="list-style-type: none"> Recentrar o desporto e as artes nas prioridades educativas 	<ul style="list-style-type: none"> Redefinição do perfil do professor 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar todo o pessoal não docente e pessoal técnico especializado 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o investimento no ensino superior Valorização dos profissionais da Educação

1. No próximo JLEducação abordaremos o Ensino Superior

2. DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO F.CIÊNCIA. "Educação EM NÚMEROS" Portugal - 2023